

Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho

"Levei quarenta anos a explicar coisas aos alunos. Ficou-me assim o vício de explicar, mesmo o inexplicável. Precisava agora de outros quarenta anos para desaprender a explicação do que expliquei."

(Vergílio Ferreira)

Página 1

Newsletter II

janeiro-junho de 2016

Página 2

Índice

- [Editorial](#)
- [Notícias/ Legislação](#)
- [Formação do CFAERC](#)
- [Divulgação de projetos de Escolas](#)
- [Centro de Recursos Educativos do CFAERC](#)
- ["Educadores portugueses" \(Filipe António Jorge\)](#)

Página 3

Página 4

Página 5

Editorial

Publica-se no mês de janeiro de 2016 o segundo número da *Newsletter* do CFAERC. Esperamos ser bom presságio abrir com as palavras de um professor, Vergílio Ferreira, no ano em que se celebra o centenário do seu nascimento. No presente número, o destaque vai, em larga medida, para o lançamento do plano de formação (2015/2016). Trata-se de um documento que procura dar resposta às necessidades de formação levantadas em cada um dos agrupamentos / escolas associados. A novidade é a existência de ações de curta duração, cujos procedimentos de validação e de reconhecimento são bastantes simplificados relativamente às demais ações (cursos e

oficinas). Interessa sublinhar que a maioria do plano é constituída por ações gratuitas. Uma nota importante tem que ver com o facto de várias ações resultarem do estabelecimento de protocolos de cooperação / parcerias com várias entidades, nomeadamente: Câmara Municipal de Mafra; Tapada Nacional de Mafra; Associação de Professores de Matemática (APM). No que concerne à formação, designadamente a que terá lugar no primeiro trimestre do presente ano, sublinhamos a ação de curta duração que elege como temática o ensino profissional. Trata-se de promover uma reflexão sobre o referido ensino, integrando diversas visões: da escola, das

empresas, da Associação Nacional das Escolas Profissionais. O objetivo será o de promover maior articulação entre as escolas e as empresas, sobretudo no que concerne à oferta de estágios. Também serão abordadas questões relativas à motivação dos alunos, assim como aos recursos didáticos nos cursos profissionais. Por outro lado, relativamente ao tópico "Notícias / Legislação", o enfoque vai para a recente Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre a retenção escolar, sem esquecer a publicação de diplomas sobre a formação contínua de professores.

Coordenação editorial:

Carlos Manique da Silva
(Diretor do CFAERC)

Isabel Marília Peres
(Consultora Pedagógica do CFAERC)

Ana Maria Dias (Assessora Técnico-Pedagógica do CFAERC)

Leonor Godinho
(Assessora Técnico-Pedagógica do CFAERC)

Notícias/ Legislação

[Recomendação n.º 2/2015 – Diário da República n.º 59/2015, Série II de 2015-03-25](#), do Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação - Recomendação sobre Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário.

[Despacho n.º 4595/2015](#), de 6 de 23 de abril. Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada.

[Despacho 5418/2015, de 7 de maio](#). Estabelece a correspondência entre as áreas de formação previstas

no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação, para efeitos de manutenção e correspondência da acreditação dos formandos acreditados pelo CCPFC.

Provas de aferição no ensino básico

Encontra-se disponível, no Portal do Ministério da Educação e Ciência, [o parecer sobre o modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no ensino básico](#), assim como os projetos de leis que determinam a eliminação das atuais provas finais do 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade e sobre o seu desempenho escolar.

[Parecer do Conselho Nacional de Educação \(janeiro de 2016\) sobre avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino](#)

básico

[Relatório técnico sobre a avaliação das aprendizagens dos alunos no ensino básico \(CNE, janeiro de 2016\)](#)

Encontra-se disponível, na página web do [CFAERC](#), secção “Centro de Recursos”, o **relatório do II Encontro**. O evento teve lugar na Escola Secundária José Saramago-Mafra, nos dias 4 e 5 de setembro de 2015, e foi subordinado à seguinte temática: “**Avaliação e qualidade das aprendizagens**”. O documento produzido compila a síntese dos

trabalhos desenvolvidos nas sessões paralelas, organizadas por grupos disciplinares. Foi objeto de discussão em sede dos vários concelhos pedagógicos das unidades educativas, associadas ao CFAERC.

[Página 1](#)
[Página 2](#)
[Página 3](#)
[Página 4](#)
[Página 5](#)

Formação do [CFAERC](#) nos meses de janeiro e junho

CURSOS de 15 horas

- Utilizar as ferramentas web 2.0 na prática educativa
- Sensibilização às limitações sensoriais visuais
- O ensino do português no 1.º ciclo – metas e programa
- Calculadora TI Nspire
- Utilização de *tablets* na sala de aula
- Atividades práticas de expressão musical no pré-escolar e no 1º ciclo
- O Paleomemorial

CURSOS de 25 horas

- Iniciação às técnicas de edição vídeo e imagem para projetos pedagógicos (*b-Learning*)
- Contos terra a terra
- O desenvolvimento do ensino e aprendizagem do surf

OFICINAS de 30 horas

- Literacia para os Média

AÇÕES DE CURTA DURAÇÃO (3 a 6 horas)

- *Go-Lab*: laboratórios virtuais e remotos no ensino das Ciências (6 h)
- Marcas de proveniência bibliográficas: história, tipologias, decifração (3 h)
- Escrita criativa (3 h)
- Ler o futuro: introdução à literatura de ficção científica (3 h)
- Psicomotricidade infantil (4 h)
- Ensino profissional: objetivos, perspetivas, desafios (6 h)
- A folha de cálculo (3 h)
- Elaboração de documentos ao abrigo do Decreto – Lei n.º 3/2008 (3 h)
- Percursos pedagógicos na gastronomia de Mafra (6 h)

- PHDA e a Escola (3 h)

- Percursos pedagógicos na enologia e hortofloricultura de Mafra (6 h)

WORKSHOPS (3 horas)

- A Tapada Nacional de Mafra: uma floresta portuguesa, um laboratório vivo (3 h)

Divulgação de projetos de escolas

“As culturas colaborativas criam e sustentam ambientes de trabalho mais satisfatórios e produtivos. Ao capacitar os professores e reduzir as incertezas do seu trabalho – que de outro modo teriam de ser enfrentadas em isolamento - estas culturas também aumentam o sucesso dos alunos” (Fullan & Hargreaves, *Por que é que vale a pena lutar? O trabalho de equipa na escola*. Porto Editora, 2001, pp. 90-91).

Assistimos, atualmente, a uma crescente preocupação que se relaciona com as problemáticas associadas à aprendizagem, da qual resulta a necessidade de nos mantermos atualizados face às mesmas e, deste modo, conseguirmos dar resposta aos casos que surgem nas turmas.

Perante a necessidade de refletir, criticamente, a nossa ação enquanto atores educativos, frequentemente nos questionamos quanto à eficácia das estratégias utilizadas e à forma como lidamos com cada caso. É aqui que a reflexão conjunta e a partilha de experiências e saberes se tornam fundamentais.

No passado dia 27 de março de 2015 os docentes da EB1/JI da Carvoeira foram “brindados” com uma sessão de partilha de materiais e estratégias sobre a temática da Dislexia, gentilmente dinamizada pela professora Cirila Cardoso, professora de Educação Especial com especialização em Dislexia.

Esta partilha revelou-se de extrema importância já que, para além do suporte teórico, nos apresentou uma enorme variedade de recursos

bibliográficos e materiais (manuais, jogos, software) de intervenção, todos eles acompanhados de sugestões muito claras para a sua eficaz exploração.

Apesar do ritmo alucinante que se vive nas escolas, que dificulta a concretização destes encontros, fica o desejo que momentos como este se repitam, pois são eles que, de facto, nos enriquecem tanto a nível pessoal, como profissional!

(Inês Silva, Professora na EB1/JI da Carvoeira)



Centro de Recursos Educativos do CFAERC

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2015, os Centros de Formação de Associação de Escolas devem desenvolver centros de recursos educativos de apoio à melhoria do ensino e das escolas.

A localização variará, necessariamente, de contexto educativo para contexto educativo. Além do mais, poderemos estar em presença de centros educativos virtuais, isto é, que disponibilizam unicamente recursos digitais ou de centros educativos que têm um espólio material, físico. Aquilo que parece

importante sublinhar é que, nos dias de hoje, apostar na formação contínua é imperativo para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. De facto, a profissão docente está em constante mutação, sendo necessário ultrapassar várias dificuldades. Desse ponto de vista, o Centro de Recursos Educativos vem auxiliar os docentes dos vários níveis de ensino na sua prática pedagógica. Pretende, também, este Centro, apoiar realizações de carácter auto formativo, pedagógico e cultural. Por outro lado, e pensando na preservação de espólios, o [Centro](#)

[de Recursos Educativos](#) poderá albergar no seu espaço físico (que é, naturalmente, o do Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho) qualquer tipo de documentação que os docentes (ou, mesmo, qualquer entidade) queiram entregar a título de depósito ou outro. Para já, na página do CFAERC, ficarão disponíveis alguns documentos publicados por entidades externas, assim como os documentos produzidos internamente (no âmbito dos processos de formação contínua).

[Página 1](#)

[Página 2](#)

[Página 3](#)

[Página 4](#)

[Página 5](#)

“Educadores Portugueses” (Filipe António Jorge)

Filipe António Jorge nasce na vila de Mafra a 12 de março de 1843. O seu percurso profissional está intimamente ligado à Escola Real de Mafra, na qual ingressa em 1856. Nesse instituto, fundado pelo rei D. Pedro V (1837-1861), permanece como aluno até 1859, obtendo várias distinções e uma pensão por comportamento exemplar. A estima pelo soberano e a vocação da Escola Real para o acesso à carreira do magistério primário concorrem para que, no ano letivo de 1860-61, nela se matricule como aluno-mestre. A situação altera-se em 1862, com a abertura da Escola Normal de Lisboa. De facto, Filipe António Jorge integra a lista do primeiro curso de Marvila, sendo curiosas as motivações que presidiram a esse passo, suscetíveis de perspetivar na petição que formulou para ser admitido, corria o mês de novembro de 1861:

Persuadido de que só seguindo a profissão de mestre pode satisfazer às ilustradas e humanitárias intenções do seu Augustíssimo e sempre adorado Benfeitor, e precisando, para mais dignamente se desempenhar, habilitar-se com os conhecimentos de pedagogia que só em uma escola normal pode obter, como lhe conste que vai abrir-se a Escola Normal Primária de Lisboa, deseja ser admitido. (IAN/TT, Ministério do Reino, maço 4210)

Para além do tributo intelectual e humano à figura de D. Pedro V, o pensamento de Filipe Jorge traduz bem um dos traços idiossincráticos da Escola Real de Mafra — o entendimento do exercício da função docente inextricável de formação pedagógica em sede própria.

Em Marvila, no seio de uma geração de normalistas que influenciará o desenvolvimento do sistema de ensino estatal, onde marcam presença figuras como José António Simões Raposo e António Sérvulo da Mata, Filipe Jorge distingue-se entre os demais. Na verdade, em abril de 1864 é louvado pelo Conselho Escolar da Escola Normal pela sua intervenção no projeto de regulamento provisório para castigos e recompensas, valendo-se, certamente, da experiência acumulada na Escola Real de Mafra. Acresce que, poucos meses mais tarde, precisamente em julho do citado ano, obtém o melhor resultado nos exames finais do 2.º grau, com a média final de 19,5 valores (cf. Arquivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, Atas das Sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, 1864-1866, fls. 29 e 71).

Em 10 de setembro de 1867 é provido no lugar de professor da Escola Real de Mafra, ocupando inerentemente o cargo de diretor. Nessa dupla função, procura manter o nível pedagógico da instituição, sentindo, aos vinte e quatro anos, a responsabilidade de substituir o seu predecessor, Vitorino João Carlos Dantas Pereira, personalidade de elevada estatura intelectual. Assim o manifesta numa sessão de distribuição de prémios:

Conheço que é muito fraco o cabedal científico que possuo para corresponder dignamente aos desejos de Vossa majestade de conservar à Escola o bom nome que lhe fez adquirir o meu ilustrado antecessor. (Arquivo Histórico Municipal de Mafra, Real Escola de Mafra, Ofícios, circulares e mapas. Discurso pronunciado pelo Diretor..., 17 de setembro de 1868)

[Página 1](#)[Página 2](#)[Página 3](#)[Página 4](#)[Página 5](#)

“Educadores Portugueses” (Filipe António Jorge)

Sob o primado da instrução popular, a “alavanca para a regeneração dos povos”, Filipe Jorge crê ser possível esbater distinções com base no nascimento, algo que não se cansará de evidenciar ao longo da sua vida profissional, conforme relata Tomás de Melo Breyner, antigo aluno da Escola Real:

O seu grande prazer era mostrar aos visitantes da Escola que o fidalguinho filho do conde de Mafra bem como outros meninos filhos de oficiais, de magistrados ou da gente grada da vila eram na caligrafia ou nas contas inferiores aos filhos dos cavadores de enxada. (Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º conde de Mafra..., p. 168)

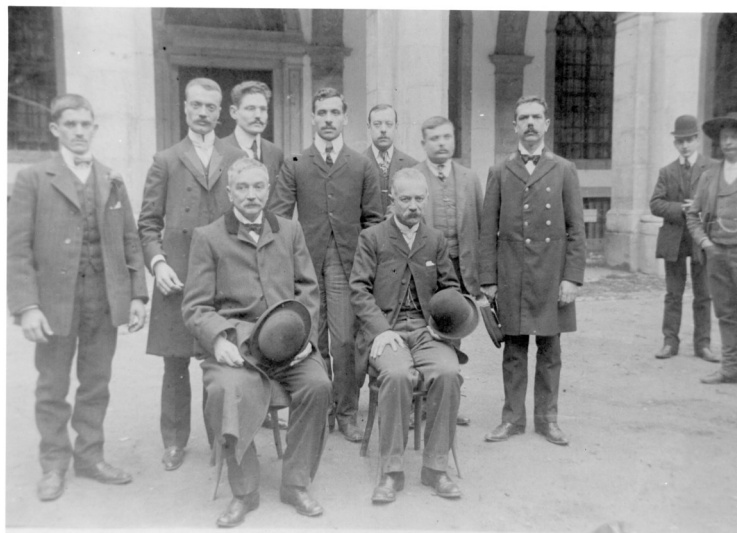
Ele próprio, mestre-escola de origens humildes, representa a ascensão social e a força da cultura. Na verdade, o percurso que enceta a partir do início da década de 1880, num momento em que os seus créditos como professor estão firmados, revela a vontade de se distanciar da atividade docente e a preocupação em se afirmar noutras esferas da vida concelhia. Nesse sentido, durante o período de descentralização do ensino, exerce funções de delegado paroquial (1881 a 1884) e de presidente da Junta Escolar (1884-1886 e 1887-1891), entrando praticamente em simultâneo na política ativa; desempenha na autarquia de Mafra os cargos de vice-presidente (1884-1885 e 1886) e de presidente (1887-1889 e 1893-1895).

Em 1897, após trinta anos de magistério primário, troca a direção da Escola Real pelo lugar de almoxarife das reais propriedades (Palácio e Tapada), no qual permanece até à reforma, sendo certo que no ano de 1908 ainda se mantinha no ativo.

Representante da primeira geração de Marvila, Filipe António Jorge, contrariamente a alguns dos seus colegas normalistas, não deixou, do ponto de vista teórico, quaisquer traços de conceções educativas, nem tão-pouco conheceu, fora do círculo escolar onde lecionou, notabilidade no seio da corporação. A sua ação pedagógica, marcadamente pragmática, orientou-se para a direção da Escola Real de Mafra, procurando incutir o gosto pela carreira do magistério primário a várias gerações de alunos.

O seu desaparecimento do convívio dos vivos dá-se no ano de 1913.

(Carlos Manique da Silva, in *Boletim Cultural de Mafra*, 2007, pp. 745-748)



Filipe António Jorge (sentado, à direita do observador) numa foto de conjunto. Palácio de Mafra, finais do século XIX.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Mafra.

[Página 1](#)[Página 2](#)[Página 3](#)[Página 4](#)[Página 5](#)